



DOSSIÊ

4 *Entre o passado e o presente: afro-patrimônio, memória e identidade na Região Portuária do Rio de Janeiro*

(Between Past and Present: Afro-Heritage, Memory and Identity in the Port Region of Rio de Janeiro)

Entre el pasado y el presente: afropatrimonio, memoria e identidad en la región portuaria de Río de Janeiro)

*Soraia Santos da Silva*¹

1. Professora de Sociologia na Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ). Doutoranda em Sociologia no IESP/UERJ. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense (PPGS-UFF). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). D de acesso ao Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7941681653071141>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2282-5567>.



Resumo – O presente artigo tem como objetivo abordar as disputas e negociações entre os diferentes atores – Estado, mercado e sociedade civil – para compreender os processos de patrimonialização e as representações sobre raça e memória na Região Portuária da cidade do Rio de Janeiro. Para pensar as transformações que ocorreram nesse lugar, bem como as que estão em curso, utilizou-se como recorte o Projeto Porto Maravilha (2009). Foi considerado o passado e o presente desse projeto. Apesar da implementação de políticas de valorização da cultura, memória e do patrimônio afro-brasileiro, cabe-se perguntar quem realmente “lucra” – materialmente e simbolicamente – com a construção da identidade afro-brasileira e a circulação de dinheiro nesse lugar. Observa-se que a inserção dessas manifestações na cultura brasileira mais ampla, que movimenta o turismo e gera lucro e entretenimento, não necessariamente acompanha a redução da desigualdade socioeconômica que historicamente “separa” negros e brancos no Brasil.

Palavras-chave: afro-patrimônio; Memória; Identidade; Região Portuária; Rio de Janeiro.

Abstract: This article aims to address the disputes and negotiations among different actors—state, market, and civil society—to understand the processes of patrimonialization and representations of race and memory in the Port Region of Rio de Janeiro. To analyze the transformations that have occurred in this area, as well as those currently underway, the Porto Maravilha Project (2009) was used as a case study, considering both its past and present. Despite the implementation of policies aimed at valuing Afro-Brazilian culture, memory, and heritage, one must ask who truly “profits”—both materially and symbolically—from the construction of Afro-Brazilian identity and the circulation of money in this region. It is observed that the inclusion of these manifestations in the broader Brazilian culture, which drives tourism and generates profit and entertainment, does not necessarily correlate with a reduction in the socioeconomic inequality that has historically “separated” Black and white people in Brazil.

Keywords: Afro-heritage; Memory; Identity; Port Region; Rio de Janeiro.



SORAIA SANTOS DA SILVA

***Resumen** – Este artículo tiene como objetivo abordar las disputas y negociaciones entre diferentes actores – Estado, mercado y sociedad civil – para comprender los procesos de patrimonialización y representaciones de raza y memoria en la Región Portuaria de la ciudad de Río de Janeiro. Para pensar en las transformaciones que ocurrieron en este lugar, así como las que están en curso, se utilizó como foco el Proyecto Porto Maravilha (2009). Se consideró el pasado y el presente de este proyecto. A pesar de la implementación de políticas para valorar la cultura, la memoria y el patrimonio afrobrasileño, cabe preguntarse quién realmente “se beneficia” –material y simbólicamente– de la construcción de la identidad afrobrasileña y de la circulación del dinero en este lugar. Se observa que la inserción de estas manifestaciones en la cultura brasileña más amplia, que impulsa el turismo y genera ganancias y entretenimiento, no necesariamente acompaña la reducción de la desigualdad socio-económica que históricamente “separa” a negros y blancos en Brasil.*

***Palabras clave:** Herencia afro; Memoria; Identidad; Región Portuaria; Río de Janeiro.*



Largo de São Francisco da Prainha: onde o Rio é mais baiano

E agora estamos aqui
Do outro lado do espelho
Com o coração na mão
Pensando em Jamelão no Rio Vermelho
Todo ano, todo ano
Na festa de Iemanjá
Presente no dois de fevereiro
(Caetano Veloso)

Era domingo, dia de almoço em família. Perguntei para uma amiga, que mora na Região Portuária, qual seria a programação do dia. Ela me convidou para almoçar no restaurante Dois de Fevereiro, localizado no Largo de São Francisco da Prainha. Longe de casa, nada melhor do que visitar o lugar “onde o Rio é mais baiano” e, buscar um pouco dessa memória afetiva – na culinária e na cidade paisagem.

Nos encontramos por volta das 14:00. O restaurante estava cheio e como éramos sete pessoas, fomos informadas pelo garçom que poderíamos retornar às 15:00, pois nesse horário teriam mesa dis-

ponível. Parte dos amigos estavam sentados nas cadeiras dispostas no Largo. Sob um guarda-sol azul fixado em um engradado de cerveja, eles consumiam no Bar e Restaurante Bafo da Prainha.

Decidimos eu e um amigo, levar sua irmã, que mora no Ceará e estava de visita, para conhecer a Pedra do Sal – o quilombo urbano e local da tradicional roda de samba da cidade. No caminho, lembrei-me de uma manhã de segunda-feira em que levamos [eu e outros professores], os estudantes do Ensino Médio para o passeio do Circuito Histórico da Celebração da Herança Africana e o incômodo dos estudantes em relação ao cheiro de urina que predominava no Largo. A falta de banheiro naquele dia também foi uma questão, pois os estabelecimentos estavam fechados e alguns estavam sendo higienizados. Não me recordo da presença de banheiros químicos ao longo do Circuito.

Naquela manhã de domingo, um empreendedor de alguns bares e restaurantes situados no Largo da Prainha, havia repostado no *Stories* de seu *Instagram* uma postagem sobre o Largo da Prainha em que apareciam duas fotos de um funcionário negro da Comlurb: a primeira em que o trabalhador jogava água na estátua de Mercedes Baptista (1921-2014) e a outra em que o mesmo higienizava o chão. Todo



um preparativo para receber os clientes e visitantes no “badalado” Largo.

Nos muros da região da Pedra do Sal estão retratadas as imagens do Malandro, da ex-vereadora assassinada Marielle Franco (1979-2018), do líder quilombola Zumbi dos Palmares (1655-1695), um casal dançando. No Largo da Baiana podemos observar os grafites de Heitor dos Prazeres (1898-1969), Tia Ciata (1854-1924), Pixinguinha (1807-1973), rodeados de instrumentos musicais e elementos da cultura afro-brasileira, além de algumas pichações. É o retrato da “cidade paisagem sonora”, frase presente em um lambe lambe colado na mesma parede. Caminhamos até a entrada da Casa Omolokum e voltamos para reencontrar as/os amigas/os. No meio do caminho entramos no beco João Inácio e nos deparamos com o mural de Mosaico do baiano Hilário Jovino (1873-1933).

Por volta das 15h retornamos ao restaurante Dois de Fevereiro. Na entrada principal vemos a imagem de Iemanjá negra, barquinhos de oferenda. No cardápio, em forma de cordel, encontramos expressões baianas como: “Comendo água”, equivalente a bebidas; “Tira-gosto”, o mesmo que petisco; boia, em referência à comida.

As comidas são voltadas para o público do mar

e do sertão. A louça Ágata compõe o ambiente, lembrando a casa de bisavó, de vó, uma comida que te leva para um passado não tão distante. A música ambiente quase não se escuta diante das conversas que tomavam conta do pequeno espaço. Mas, ao atravessar uma entrada com cortinas feitas com fitas coloridas do Senhor do Bonfim para acessar o corredor em direção ao banheiro, escutamos Luedji Luna, Baco Exu do Blues, artistas baianos.

Ao retornar, observei que uma parede estava decorada com livretos de cordéis, os quais estavam à venda e a outra, com algumas placas decorativas escritas: saravá, amor, fé, axé, etc. e; também com as mesmas fitas da entrada amarradas em uma grade – o que a princípio pensei que fizesse apenas parte da decoração. Entretanto, os clientes podem amarrá-la nessa grade e realizar seu pedido com fé. O que me causou estranhamento, pois tal ato estava fora do contexto religioso. Cabe ressaltar que isso é um ritual religioso, em que as/os devotas/os de Nosso Senhor do Bonfim amarram as fitas nas grades da Igreja, localizada no bairro de Boa Viagem, em Salvador-Bahia e realizam seus pedidos.

E como herança do nosso passado histórico, a negritude ocupa o Largo na limpeza de suas ruas e monumentos, como clientes/visitantes, transeun-



tes, pedintes, e também como comerciantes dispostos nas barracas ao redor dos restaurantes – tabuleiro de acarajé, barraca de cocada e cuscuz e petiscos mais acessíveis.

À noite voltamos para casa. Decidimos ir caminhando do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) até a Central do Brasil, para deixar nossa amiga em sua casa e, depois, pegar o ônibus 007 que vai para Santa Teresa, eu e mais um amigo ficaríamos na Rua Riachuelo.

Foi a primeira vez que fiz esse caminho a noite, a pé, em pleno domingo. As ruas desertas do Centro, os estabelecimentos fechados e o número reduzido de veículos me deixaram receosa, mesmo assim fui. Saindo do CCBB pegamos o início da Presidente Vargas, tinha algumas pessoas no ponto e alguns poucos ônibus circulando. Entramos na Avenida Rio Branco, lugar que só passa o VLT e, nos finais de semana, o horário é reduzido a cada 20 minutos. Poucos transeuntes e apenas duas pessoas aguardando o veículo na Estação São Bento. Seguimos em direção a Praça Mauá para contorná-la e pegar a Rua Sacadura Cabral.

O Largo da Prainha já estava diferente. Os funcionários do Bafo da Prainha, uniformizados com a camisa que faz referência às cores do time Bahia

– azul, vermelho e branco – recolhiam as cadeiras e mesas. O rapaz que vendia cocada branca e de maracujá, quebra-queixo e cuscuz de tapioca, filho de uma baiana de Irecê e que tem o sonho de aprender a fazer acarajé para vender, já não estava mais lá. Nem o tabuleiro de Acarajé. Na Pedra do Sal acontecia um evento. Seguimos e dobramos à esquerda na Rua Carmerino. A partir dali, tínhamos duas opções: seguir pela Barão de São Félix, onde tem os “cracudos” ou pela Senador Pompeu, onde fica a casa das “primas”. Fomos pela primeira rua, pois era caminho da casa de nossa amiga. Ao deixá-la e na dúvida entre continuar pela mesma rua ou cortar pela Senador Pompeu, seguimos na mesma rua. Em algum momento, a iluminação não existia mais, sendo que as ruas já estavam mal iluminadas. Um dos amigos comentou: “olha as crianças brincando, como pode ser perigoso?” Chegamos na Central do Brasil. Pessoas em situação de rua, descaso, alguém respondendo ao comentário do amigo: “o que é aquilo?”, “É o teleférico”, disse o homem estranho a nós que, para nossa surpresa, escutava a nossa conversa e provavelmente nada surpreso com nossas expressões apreensivas em relação ao seu lugar familiar. Um conflito entre o preconceito e o medo real de um lugar desconhecido, bem como o desconhecimento de suas dinâmicas e acordos implícitos. Entramos no ônibus e, de fato, a



SORAIA SANTOS DA SILVA

Senador Pompeu não tinha ninguém, só concreto e escuridão.

Breve histórico do Largo de São Francisco da Prainha

O Largo de São Francisco da Prainha está localizado na Rua Sacadura Cabral, situada no bairro da Saúde, Região Portuária da cidade do Rio de Janeiro. Seu nome é proveniente de sua proximidade com a Igreja de São Francisco da Prainha, construída no século XVIII com uma arquitetura barroca. No final do século XIX, a pequena praia (a Prainha) que havia no local foi aterrada. Esse processo está relacionado às transformações que ocorreram no Porto durante os anos de 1904 e 1910.

A configuração atual marcada pela forte valorização da cultura afro-brasileira, bem como pela presença de turistas, frequentadores/moradores da cidade e transeuntes, nem sempre permeou a história desse lugar. No século XVIII, o Largo da Prainha abrigava em suas proximidades o Mercado de escravizados do Valongo, bem como a Cadeia do Aljube. A ampla presença da população negra implicou no fato desse lugar ser reconhecido pelas elites locais como “perigoso”.

No início do século XX, o Largo era frequentado por trabalhadores portuários, em sua maioria negros. Esses trabalhadores tiveram uma importante atuação política por meio dos sindicatos: União Operária dos Estivadores e a Sociedade de Resistência de Trabalhadores em Trapiche e Café. Nesse mesmo período, a repressão da polícia republicana era grande, pois aconteciam constantes prisões por crimes de vadiagem. Atualmente, a memória do Largo São Francisco da Prainha é descrita como um lugar “onde as pedras do passado ecoam histórias, às cores do presente pintam a cultura, e o coração do Rio bate em casa esquina” (Site RioTur).

A relação entre Rio de Janeiro e Bahia acontece desde o período colonial, os fluxos entre pessoas e coisas perpassam a história das cidades históricas – Rio de Janeiro e Salvador. Atualmente, essa memória tem sido acionada tanto para a construção da identidade desses lugares, quanto para a circulação de dinheiro no espaço paisagem

O Largo São Francisco da Prainha, lugar por onde passaram grandes figuras da cultura popular musical brasileira como Heitor dos Prazeres, Donga e Pixinguinha, hoje é considerado um dos pontos de grande circulação do circuito turístico carioca. A mercantilização do capital simbólico pode ser obser-



vada no tabuleiro da baiana, [carioca] de axé e profissão, na camisa dos/as atendentes do bar Bafo da Prainha, com as cores do time baiano Bahia, no restaurante intitulado “Dois de Fevereiro: onde o Rio é mais baiano”, entre outros elementos. Nesse sentido, esse lugar é interessante para pensarmos nessas disputas, negociações e nos usos da memória.

Rio de Janeiro e Salvador apresentam como ponto de aproximação o fato de serem cidades históricas, fundadas no século XVI, e antigas capitais do Brasil. As transformações urbanas pautadas na valorização da herança histórica data do final do século XX, em contraposição às reformas anteriores marcadas pelo ideal de progresso e modernização. A revitalização do Pelourinho (BA) e o projeto Porto Maravilha (RJ) são exemplos dessas transformações que tiveram o intuito tanto de lucrar com o turismo, quanto de preservar a identidade histórica.

Uma socioantropóloga e sua pesquisa

A narrativa descrita acima sobre o Largo de São Francisco da Prainha, ponto de partida deste artigo, evidencia a relação entre a minha identidade e experiências enquanto pesquisadora. O deba-

te sobre como as identidades e experiências da/o pesquisadora/o influenciam suas pesquisas, está presente na obra de autores como Stuart Hall (2016) e Patricia Hill Collins (2019). Hall (2016) argumenta que o pesquisador nunca é uma entidade neutra; sua identidade cultural e social molda inevitavelmente a interpretação dos dados e das práticas culturais analisadas. Collins (2019), por sua vez, ao abordar a epistemologia do ponto de vista em *Pensamento Feminista Negro*, destaca que as experiências vividas, especialmente por mulheres negras, são fontes legítimas de conhecimento e devem ser valorizadas no processo de produção acadêmica.

No caso específico desta pesquisa, sou migrante, baiana, residente na cidade do Rio de Janeiro e uma usuária dos serviços da Zona Portuária. Como analista socioantropológica, utilizo ferramentas teóricas e metodológicas para investigar as dinâmicas sociais e culturais com o intuito de entender as hierarquias e desigualdades existentes no território. Os marcadores sociais de gênero, raça e classe, presentes também na pesquisa, ao mesmo tempo em que enriquecem, desafiam essa investigação.

Esses marcadores não apenas influenciam meu olhar analítico, mas também me situam como um sujeito que vivencia diretamente as realidades que ob-



servo, permitindo uma compreensão mais profunda dos fenômenos abordados. Essa interação entre academia, vivência pessoal e análise crítica, permite que a pesquisa seja mais rica e sensível às complexidades do tema estudado, por meio da integração entre teoria, pesquisa qualitativa e reflexões pessoais sobre o conhecimento produzido.

A seguir, apresento uma discussão sobre as mudanças e continuidades do Porto da cidade do Rio de Janeiro, destacando como esse lugar se tornou um dos pontos de entretenimento-turismo mais importante da cidade. Na seção seguinte, abordarei uma revisão teórica sobre patrimônio e memória da Pequena África e, por fim, como as representações sobre raça e gênero estão presentes no espaço paisagem, por meio da arte urbana.

O porto do Rio de Janeiro: mudanças e continuidades

Gonçalves e Costa (2020) no livro *Um porto no capitalismo global: desvendando a acumulação entrelaçada no Rio de Janeiro* apontam que historicamente o porto do Rio de Janeiro tinha a função de integrar o Brasil como colônia portuguesa à econo-

mia global. Era um importante entreposto no comércio de bens e pessoas escravizadas. Sua relevância na geografia colonial aumentou quando, em 1763, o Rio de Janeiro passou a ser a capital da colônia brasileira, outrora Salvador (BA). E sua condição estratégica se acentuou após a Coroa Portuguesa ser transferida para o Brasil.

Na segunda metade do século XIX, o crescimento e adensamento da cidade do Rio de Janeiro ocorreu em áreas mais afastadas do porto. Diante disso, a região portuária foi se desvalorizando comercialmente. Esse fato está atrelado à extinção do tráfico negreiro que acarretou no fechamento do mercado de escravos e do Cemitério dos Pretos Novos.

Nesse mesmo período, as adjacências do porto – principalmente Morro da Providência e do Pinto – foram ocupadas pela população negra alforriada e liberta, foi marcado também pelo movimento de migração interna, expressivamente da região Nordeste. A Região Portuária, conforme os autores, se consolidou como área de moradia da população pobre que vivia em condições precárias de infraestrutura e saneamento básico.

Como afirmam Gonçalves e Costa (2020), os morros adjacentes à Região Portuária se tornaram lugares de sociabilidade, cultura, vivência e resistên-



cia da população pobre e negra. É da presença da população e da cultura afro-brasileira que surge a denominação “Pequena África”, atribuída a Heitor dos Prazeres, compositor e artista plástico.

As relações entre Bahia e Rio de Janeiro nesse período foram marcadas pela chegada a esta última, dos combatentes da Guerra de Canudos que ocuparam o Morro da Providência. Bem como da baiana Hilária Batista de Almeida (1854-1924), mais conhecida como Tia Ciata ou Ciata de Oxum, importante articuladora do cenário cultural afro-brasileiro.

No século XX, entre 1902-1906, o porto foi modernizado pelas reformas do presidente Rodrigues Alves. Segundo Gonçalves e Costa (2020), a reforma ampliou a capacidade de escoamento de mercadorias, com o intuito de facilitar a entrada de produtos industrializados oriundos da Europa e dos Estados Unidos. E possibilitou a atração de mão-de-obra estrangeira para trabalhar na lavoura cafeeira após o fim da escravidão.

Os autores ressaltam que para a execução dessa reforma, dez praias desapareceram, assim como muitas casas situadas na região do antigo Valongo, implicando na saída de seus moradores, muitos deles ex-escravizados migrados da Bahia, em direção à Cidade Nova.

Gonçalves e Costa (2020) destacam que a reforma (1902-1906) do Prefeito Pereira Passos (1902-1906) era complementar e funcional às obras pautadas na ideologia modernizante do porto. Em linhas gerais, além de ter facilitado o acesso entre a região portuária e o resto da cidade, assim como ter otimizado as funções do porto como um elo entre o Brasil e a economia global, a reforma também significou uma lógica repressiva contra a população local (criminalização de organizações políticas e manifestações da cultura negra).

No século XX, ocorreu o processo de desmercantilização do porto. Dentre os fatores que contribuíram para esse fato estão: (i) a estrutura limitada do porto para as transformações econômicas pautadas na industrialização por substituição de importações que abarcavam um volume alto de bens de capital e exportação de matérias-primas e produtos agrícolas; (ii) a mudança da capital para Brasília em 1960; (iii) a saída do Centro das classes mais abastadas para a Zona Sul e; (iv) o crescimento da cidade em direção à Barra da Tijuca nos anos 1970. Todos esses fatores modificaram a paisagem urbana do centro, tornando-o nos anos de 1990 um lugar considerado precário e degradado, como salientou Gonçalves e Costa (2020).



Em 2009, foi concebido o Projeto Porto Maravilha com objetivo de revitalizar a antiga Zona Portuária do Rio de Janeiro, por meio de obras de reurbanização e melhorias na infraestrutura urbana. Nesse contexto, foi firmada uma parceria entre os governos Federal, Estadual, Municipal e empresas privadas (Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia).

Gonçalves e Costa (2020) ainda ressaltam o papel contraditório da cultura, apontando a criação de museus com intuito de agregar valor ao espaço, explorando economicamente os patrimônios material e imaterial. Entretanto, salientam que a região portuária é marcada por uma longa história de produção cultural. Nesse sentido,

a estilização dos movimentos culturais locais como territórios de autenticidade e da tradição ainda não penetrados pela acumulação capitalista cria possibilidades para articulação de sujeitos que resistem à incorporação de sua produção e sua memória como mecanismo de valorização de um capital que não lhe pertence (Gonçalves; Costa, 2020, p.95).

Assim, se o discurso inicial que justificava o projeto Porto Maravilha tinha como base a noção de vazios urbanos, posteriormente, a ênfase recaiu sobre a contribuição do projeto para recuperar a história e a memória daquela localidade, diante da possibilidade de a região do Cais do Valongo, principal porto de entrada de africanos escravizados no Brasil e nas Américas, ser reconhecida como Patrimônio Mundial da Humanidade.

O Cais do Valongo foi revelado em 2011 durante as obras do Porto Maravilha e seis anos depois, em 2017, recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pelo

reconhecimento de seu valor universal excepcional, como memória da violência contra a Humanidade representada pela escravidão; e de resistência, liberdade e herança, fortalecendo as responsabilidades históricas, não só do Estado brasileiro, como de todos os países membros da UNESCO. E, ainda, o reconhecimento da inestimável contribuição dos africanos e seus descendentes à formação e desenvolvimento cultural, econômico e social do Brasil e do continente americano (IPHAN).



² A mudança de nome está atrelada à chegada da princesa Teresa Cristina Maria de Bourbon, noiva do então futuro imperador D. Pedro II.

³ Os ranchos são cortejos de músicos e dançarinos religiosos oriundos de base familiares ou corporativas (Moura, 1995).

Nos últimos anos, a implementação de políticas de valorização da memória e proteção do patrimônio cultural localizado na região portuária do Rio de Janeiro esteve atreladas ao Projeto Porto Maravilha. Atualmente, a Região Portuária é considerada um dos principais pontos de turismo e entretenimento da cidade.

Durante as obras do projeto, foram realizados estudos e escavações arqueológicas que permitiram compreender tanto o processo da Diáspora Africana, quanto a formação da sociedade brasileira. Diante disso, em 2011 foi criado o Decreto Municipal 34.803 que instituiu a criação do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana (Chacha) e o Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico, Arquitetônico e Museológico do Circuito.

Em 2016, o Instituto dos Pretos Novos (IPN) criou o projeto Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana (Chacha), aula passeio voltado para pesquisadores, estudantes, turistas e moradores da cidade com o intuito de fortalecer a educação patrimonial étnico-racial. O circuito abarca seis lugares oficiais que remetem à vida na Região Portuária dos africanos e seus descendentes.

São eles: (1) *Cais do Valongo e Cais da Imperatriz*², construído em 1811, o qual representa o lugar de chegada e comercialização dos africanos escravizados. Foi aterrado em 1911, diante das reformas urbanas do início do século XX, sendo “descoberto” um século depois; (2) a *Pedra do Sal*, lugar onde o sal era descarregado no século XVII, do surgimento dos primeiros ranchos carnavalescos³, afoxés e rodas de samba, atualmente é considerado berço do samba carioca; (3) *Jardim Suspenso do Valongo*, localizado na antiga rua do Valongo onde eram comercializadas pessoas escravizadas e artigos relacionados à prática da escravidão; (4) *Largo do Depósito*, que concentrava armazéns, manufaturas e trapiches; (5) *Cemitério dos Pretos Novos*, considerado o maior cemitério de escravizados das Américas, descoberto em 1996 por moradores durante a reforma em sua casa. Atualmente funciona o centro cultural Instituto dos Pretos Novos (IPN); e o (6) *Centro Cultural José Bonifácio* (atual Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira), primeiro colégio público da América Latina inaugurado em março de 1877 e voltado para a comunidade carente da Região Portuária. Posteriormente foi localização da Biblioteca Municipal da Gamboa (1977), Centro Cultural José Bonifácio (1986), Museu da Escravidão e da Liberdade (2010) e hoje abriga o MUHCAB (2017).

Além desses seis pontos oficiais, o IPN inseriu outros lugares, totalizando uma duração aproximada de duas horas (2 km): o Morro da Conceição, Praça dos Estivadores, Docas Pedro II (Tombado em 2016 pelo IPHAN), Casa de Machado de Assis, Revolta da Vacina (Praça do Harmonia) e o Lazareto.

O Chacha, além da proposta de uma educação patrimonial, também está atrelado ao turismo diaspórico. Pinho (2018) aponta que o consumo relacionado à construção das identidades raciais, étnicas, nacionais, de gênero, sexualidade e classe é uma das principais características dos modos de fazer turismo atualmente, o que pode implicar em um crescente processo de politização. Entretanto, a autora ressalta que apesar do fortalecimento das identidades de grupos menos favorecidos, ao mesmo tempo o turismo mantém hierarquias históricas – a partir da relação entre o Norte e o Sul Global; bem como produz novas, como, por exemplo, a questão da mobilidade privilegiada de alguns turistas em relação a impossibilidade de locomoção de outros. É nesse contexto que se insere os turismos das diásporas, que engloba tanto as viagens de retorno para a terra dos antepassados; quanto a dimensão das conexões laterais entre as comunidades que estão situadas para além da terra de origem (Pinho, 2018; Clifford, 1977).

Atualmente, a Zona Portuária do Rio de Janeiro está entre as Regiões de Planejamento do Centro e engloba os bairros do Caju, Gamboa, Santo Cristo e Saúde. Possui uma área territorial de 850, 89 hectares e uma população de 48.654 habitantes, conforme informações disponíveis no Portal Geo Rio.

Figura 1: Área de especial interesse urbanístico (AEIU) da Região Portuária do RJ.



Fonte: portomaravilha.com.br

Dentre as intervenções que ocorreram ao longo desses dez anos, consta a requalificação de espaços públicos, reforma e ampliação da rede de saneamentos, o aumento da capacidade de atracamentos para transatlânticos turísticos e a demolição do viaduto da Perimetral, bem como a instalação de um circuito de Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT). Foram criados aparelhos culturais como o Museu do Amanhã, o Museu de Arte do Rio, o AquaRio, e feitas reformas



de antigos armazéns para fins culturais e comerciais. Do ponto de vista social, fez parte do projeto a UPP Social no Morro da Providência e o Programa Morar Carioca.

As transformações recentes que ocorreram na Região Portuária foram marcadas por diversos conflitos e tentativas de negociações. Monteiro e Andrade (2012) destacam alguns impasses, como o caso da Comunidade da Pedra do Sal – reconhecida em 2006 como remanescentes de quilombos pela Fundação Cultural Palmares. O impasse é decorrente da disputa territorial entre a entidade religiosa católica Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência (VOT), que alega ser proprietária dos imóveis localizados no perímetro do Quilombo, tendo como consequência o aumento de aluguéis e alguns despejos. Outro caso apontado foi a revitalização do Morro da Conceição, em prol do turismo, com o consequente aumento nos preços da venda dos imóveis e dos aluguéis. Paralelo a isso, em 2010, a Prefeitura do Rio de Janeiro despejou e removeu diversas famílias de baixa renda, e promoveu a desapropriação de cortiços e imóveis ocupados que dariam origem a construções de imóveis do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), financiado pelo governo federal.

Disputas em torno do afro-patrimônio e memória da Pequena África

A memória é uma ilha de edição

(“Carta aberta a John Ashbery” – Waly Salomão)

Nosso presente está atrelado ao nosso passado histórico. Conforme o verbete “Cidades Escravas”, escrito por Marcus Carvalho, estudos recentes mostram que a urbanização brasileira é indissociável da escravidão e do trabalho compulsório em geral. Nesse contexto, Salvador, Recife e Rio de Janeiro são consideradas as maiores cidades escravistas do país. No século XVI chegaram os primeiros africanos escravizados em Recife e Salvador, e posteriormente, no maior porto de tráfico atlântico localizado no Rio de Janeiro.

A história do centro antigo de Salvador e da região Portuária do Rio de Janeiro são marcados por esse passado. No artigo *Território negro nas cidades brasileiras*, Raquel Rolnik (1989) aborda como os territórios negros se configuram por uma história de exclusão, mas também por uma história de construção de solidariedade e elaboração de um relatório comum. Para a autora, o território negro e o corpo



negro representam um espaço de existência e lugar de memória coletiva que pode ser transmitida e realizada.

O historiador francês Pierre Nora (1993), em seu trabalho *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, distingue memória e história em duas categorias analíticas. De acordo com o autor, a memória está situada no presente, enquanto a história é uma representação do passado.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a construção sempre problemática e incompleta do que não existe mais (Nora, 1993, p.9).

Assim sendo, para Nora, a memória compreende-se como “a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderia-

mos ter necessidades de nos lembrar” (Nora, 1993, p.15). A dialética da lembrança e do esquecimento presente na memória implica no surgimento de lugares de memória.

O autor argumenta que esses lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, sendo necessária a criação de arquivos. Dessa forma, quanto menos a memória é vivida de forma interna, mais ela necessita de suportes externos e de referências tangíveis de uma existência que só vive a partir delas. Nesse contexto, há uma relação entre o sentimento de um desaparecimento rápido e definitivo com a preocupação com o significado preciso do presente e com a incerteza do futuro. Os lugares de memória possuem a função de parar o tempo, impedir o trabalho do esquecimento. Existem os lugares de memória dominantes – aqueles em que se encontram a história oficial, normalmente imposta de cima para baixo; e os lugares dominados – onde estão o refúgio e o silêncio. “Lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações” (Nora, 1993, p.27).

Sobre a memória das cidades, Maurício de Al-



meida Abreu (1999) nos apresenta uma discussão em que ressalta a importância da memória dentro de um contexto de globalização e homogeneização dos espaços globais. Para o autor, o retorno ao passado representa a busca por singularidade presente na materialidade, nos lugares de memória (Nora, 1993), na cultura e no cotidiano desses lugares. Abreu (1998) argumenta que nas cidades históricas brasileiras, fundadas no século XVI, como por exemplo Rio de Janeiro (1556), Salvador (1549), Olinda (1537) e São Paulo (1554), não é muito comum encontrar vestígios materiais do passado. A ausência de referências materiais está relacionada com o projeto de modernização do século XIX, e, posteriormente, nas reformas urbanas do século XX, pautadas no ideal de progresso, de futuro e na negação do passado. O passado nesse sentido significava o atraso, o subdesenvolvimento e o conservadorismo.

Esses ideais se modificaram no final do século XX com o movimento de preservação e valorização da herança do passado histórico. Abreu (1998) aponta que as motivações para a preservação histórica da imagem urbana são múltiplas, como por exemplo, razões identitárias ou lucros advindos do turismo. Entretanto, ressalta a “memória urbana” como um elemento fundamental na constituição da identidade de um lugar. O autor realiza uma distinção entre

a “memória urbana” – o passado de uma determinada cidade – e a “memória da cidade”. Ambos os termos se referem ao estoque de lembranças que estão eternizadas na paisagem ou nos registros de um determinado lugar, lembranças essas que são objeto de reapropriação por parte da sociedade. A diferença entre ambas reside no fato de que a “memória urbana” trata do estoque de lembranças do modo de vida urbano per se, sem obrigação de relacioná-la a uma base material particular, a um lugar específico; enquanto que a “memória da cidade” atrela essas mesmas lembranças a uma base material precisa, a um determinado lugar. Nesse sentido, a categoria de análise para definir a memória das cidades são as relações sociais. Essas podem ser de dominação, cooperação ou conflito e variam tanto no tempo, quanto no espaço.

Manoel Luiz Salgado Guimarães (2008), no artigo intitulado *História, memória e patrimônio*, propõe uma discussão sobre os usos do passado, buscando, assim, entender as narrativas acerca do passado no tempo presente. Para o autor, o estudo do patrimônio está relacionado a sua vinculação com as problemáticas atuais, as quais irão definir interesses específicos em relação ao passado. As narrativas sobre os usos e demandas contemporâneas do passado implica em tensões que são próprias às lutas de



representação, o que resulta na própria definição de patrimônio e quais objetos devem ser preservados. Dessa forma, o processo de patrimonialização do passado envolve saberes e poderes, pois abarca um conjunto de elementos, como, por exemplo: conhecimentos qualificados e academicamente validados, bem como políticas públicas de organismos estatais nacionais e de organismos com atuação de abrangências internacionais (Guimarães, 2008, p.94). É nesse sentido que o autor argumenta que o patrimônio é também uma escrita do passado, na medida em que:

Refletir sobre o patrimônio significa, igualmente, pensar nas formas sociais de culturalização do tempo, próprias a toda e qualquer sociedade humana. É através desse trabalho de produzir sentido para a passagem do tempo que as sociedades humanas constroem suas noções de passado, presente e futuro, como formas históricas e sociais de dar sentido para o transcurso do tempo (Guimarães, 2008, p.99).

Definir um patrimônio histórico envolve uma produção de visibilidade, isto é, a capacidade de transformar objetos do passado em algo diferente

daquilo que um dia foram. Um visitante de um museu, um transeunte que se depara com um monumento pelas ruas da cidade, tem a possibilidade de “experimentar” e/ou experienciar um objeto da “história”. Contudo, essa relação pode apresentar sinais de exotismo e “ver o outro como exótico não necessariamente significa entendê-lo como histórico, parece mesmo uma das formas de condená-lo a não ser submetido ao crivo crítico e interrogativo da história” (Guimarães, 2008 p.92).

A antropóloga Roberta Sampaio Guimarães (2019), no artigo denominado *Os sentidos da Pequena África*, nos apresenta uma discussão sobre as políticas patrimoniais e os conflitos urbanos na região portuária do Rio de Janeiro. Conforme a autora, data do final da década de 1970 a difusão da narrativa das experiências da população afrodescendente no Rio de Janeiro. Deste ponto de vista, a obra *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro* (1983), escrita por Roberto Moura, é considerada um marco para pensarmos a narrativa memorialística da Pequena África, por meio de espaços, tempos e sociabilidades específicos de uma “cidade negra”. Uma obra que se tornou importante para a elaboração de políticas de ação afirmativa e igualdade racial no Rio de Janeiro (Guimarães, 2019, p. 363).



No início do século XXI, no contexto dos megaeventos – Copa do Mundo (2014) e Jogos Olímpicos (2016) –, os sentidos e significados das narrativas afrodescendentes passaram a ser disputados por diversos atores sociais: movimentos sociais, entidades religiosas, pesquisadores acadêmicos, representantes da indústria turística, agentes governamentais e agências multilaterais. A cidade sendo pensada e transformada como um negócio. Nesse contexto, Guimarães (2019) aponta diferentes enfoques narrativos: (1) a memória transnacional da diáspora africana; (2) a celebração de uma memória nacional de uma “democracia racial” e; (3) a memória local e suas demandas por reconhecimento social e redistribuição de recursos econômicos.

Sobre a relação entre as políticas de patrimonialização e a “revitalização urbana”, a autora ressalta que na década de 1980, ocorreu um boom de lugares de memória (Nora, 1993) atrelados à cultura e à identidade afro-brasileiras. “(...) Uma memória entendida como direito, dever e forma de poder a ser utilizada contra a sensação de ruptura com a ordem do tempo, de crise e descontinuidade das experiências sociais dos negros na cidade” (Guimarães, 2019, p.369-370). Como exemplos de tombamentos emblemáticos, nesse período, a autora aponta o terreiro de candomblé Casa Branca do Engenho Velho em Sal-

vador/BA, tombado em 1984 e o Conjunto Histórico e Paisagístico da Serra da Barriga/AL, tombado em 1985. No caso do Rio de Janeiro, os lugares de memória são: O Centro Cultural José Bonifácio (1986), atual MUHCAB, localizado no bairro da Gamboa; o Sambódromo (1985), situado no Santo Cristo e; o busto em bronze de Zumbi dos Palmares (1986), na Cidade Nova.

Além da narrativa memorialística sobre a Pequena África carioca, ainda segundo Guimarães, havia também a narrativa sobre os “sítios históricos” urbanos: conjuntos de casas e prédios considerados testemunhos valiosos do ambiente social das cidades brasileiras. Nessa conjugação, a cidade do Rio de Janeiro é considerada pioneira a partir da implementação do projeto “Corredor Cultural do Centro” (1979-1987), que tinha o intuito de “preservar os imóveis que “testemunhavam” materialmente o passado histórico da cidade e também as pessoas que nele habitavam” (Guimarães, 2019, p.371). O Corredor Cultural abarcava as habitações presentes na Lapa, Passeio Público, Cinelândia, Carioca, Praça Tiradentes, Largo de São Francisco, Saara e Praça XV. A autora argumenta que, a princípio, o patrimônio seria antagônico às investidas do mercado, entretanto, na prática o que se observava era uma combinação entre políticas patrimoniais e nichos de expansão imo-



bilíaria e/ou de atuação do turismo cultural.

Nessa seara, um ponto relevante é a identificação de quem define e o motivo pelo qual alguns bens são considerados “históricos” e culturalmente alienáveis, em detrimento de outros bens tidos como descartáveis e comerciáveis. Na região portuária, essa definição, pela Prefeitura, implicou em uma geografia moral da cidade por meio da classificação dos bairros portuários e seus habitantes. De um lado, vistos como “sítios históricos” e; de outro, tidos como “degradados e abandonados” e habitados por “prostitutas, mendigos, traficantes e favelados”.

No caso específico do Morro da Conceição, lugar em que a antropóloga realizou seu trabalho etnográfico, a Prefeitura criou um “sítio histórico” no referido morro por meio de narrativa sobre a “origem” e a “autenticidade” de sua ocupação portuguesa. O Programa de Recuperação Orientada (ProRio – 1998-2000), através da realização de um censo demográfico, classificou os habitantes em cinco segmentos de dinâmicas socioespaciais.

De acordo com Guimarães, “o resultado dessa classificação foi, portanto, a construção de uma graduação entre os que eram percebidos como “autênticos/puros/genuínos” e os percebidos como “inautênticos/impuros e conjunturais” (Guimarães, 2019,

p.377). Assim, a memória que deveria ser lembrada se referia aos habitantes portugueses, enquanto que a memória dos trabalhadores portuários, ex-escravizados, migrantes, deveria ser esquecida.

Algumas disputas em torno de uma memória negra estão atreladas aos conflitos habitacionais. Um exemplo é o caso envolvendo a VOT e o Quilombo da Pedra do Sal. Os imóveis da VOT tiveram reajustes de aluguéis, realocações e despejos. O conflito com moradores resultou, através da ação de duas famílias via governo federal, na luta pelo reconhecimento de dezenas de imóveis do morro como território étnico da Comunidade de Remanescentes do Quilombo da Pedra do Sal. O outro caso, se refere ao conflito envolvendo o bloco Afoxé Filhos de Gandhi e a Prefeitura. A sede do bloco, um sobrado que pertence ao governo estadual, localizado ao lado do Jardim Suspenso do Valongo, foi classificado como “ruína” pelos estudos do ProRio.

Em ambos os conflitos, que até os dias atuais não foram resolvidos, Guimarães (2019) argumenta que, tanto o Quilombo da Pedra do Sal, quanto o bloco Afoxé Filhos de Gandhi invocaram a noção de Pequena África para se contraporem às intervenções urbanísticas que estavam em curso na região. A autora destaca três marcações temporais e espa-



ciais presentes nos argumentos desses atores: (1) a chegada e a comercialização de escravos africanos durante os séculos XVIII e XIX; (2) a ocupação de casas do bairro da saúde por baianos e do entorno da Pedra do Sal por africanos a partir de meados do século XIX e; (3) o deslocamento desses habitantes para a Cidade Nova, favelas e subúrbios da cidade, consequência da reforma Pereira Passos, que aconteceu no início do século XX. Nesse sentido, a noção da Pequena África variava de acordo com cada contexto em que era mobilizada.

Essa maleabilidade sugeria que a noção não se referia propriamente a um lugar concreto, mas sobretudo a um espaço utópico (...), onde a sociedade era concebida de forma aperfeiçoada e baseada em um modelo ideal de ancestralidade, identidade e religiosidade africanas (Guimarães 2019, p.382).

A partir dos diversos enquadramentos apresentados sobre a memória da Pequena África, a autora conclui que, com a criação do Memorial do Cais do Valongo, passou a existir uma fronteira entre o reconhecimento social e/ou um disciplinamento de

conflitos. Segundo Guimarães (2019), houve uma diminuição dos embates políticos do cotidiano da região, mediante à gestão do Memorial do Cais do Valongo, o que a autora denominou de “Participação disciplinada”. Dessa forma, as ambiguidades interpretativas:

Podia ser compreendida como uma tentativa tanto de afirmar como de acomodar simbolicamente os grupos que haviam protagonizados demandas por reconhecimento social. Em sua estética monumental, podia ser entendida ainda como a busca por uma versão redentora de antagonismos projeto cidade (Guimarães, 2019, p.386).

Sobre o enfraquecimento das disputas e da potência reflexiva e contestatória, a noção de “participação disciplinada” que a autora mobiliza para interpretar a diminuição dos conflitos entre os diferentes atores, parece não considerar que a existência do Memorial do Cais do Valongo implica em ganhos, tanto para o movimento negro e afins, quanto para o Estado e o mercado. Então em que medida a ausência de conflitos configura uma “dominação”, mediante uma



negociação? Ganhar implica em perdas de reflexão e contestação? Não necessariamente, uma vez que a emergência dos conflitos está atrelada às transformações urbanas nessa região, resultado da ação do Estado, do mercado e da Igreja Católica. A questão é pensar quais são/serão as próximas intervenções?

Estátuas e grafites na cidade paisagem sonora

O sociólogo Michael Pollak (1989) em seu artigo *Memória, esquecimento e silêncio*, utiliza-se do trabalho de Maurice Halbwachs (1990) sobre as memórias individuais e coletivas para analisar de que maneira são formadas as memórias e a influência para esse processo dos diferentes pontos de referência como monumentos, patrimônio arquitetônico, paisagens, datas, personagens históricos e tradição. Pollak (1989) aponta como na literatura sobre memória, uma abordagem metodológica durkheimiana pode ser utilizada para analisar os diferentes pontos de referência que estruturam a memória coletiva de um determinado grupo. Nesse sentido, tais memórias se estruturam a partir de hierarquias e classificações que irão diferir da memória coletiva de outros grupos, assim reforçando o sentimento de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais. Presente na obra de Halbwachs, essa metodologia ressalta as

funções positivas exercidas pela memória comum e reforça a coesão social através da adesão coletiva do grupo.

A abordagem construtivista – diferente da metodologia durkheimiana – estuda os processos e atores que exercem influência no processo de constituição e formalização das memórias, privilegiando a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias que contestam a memória oficial. Pollak (1989) argumenta que a memória subterrânea evidencia o caráter uniforme e opressor da memória coletiva nacional. Esse movimento implica numa disputa entre as memórias na medida em que a memória subterrânea estabelece uma ruptura com o silêncio imposto pela memória oficial.

Essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizade, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (Pollak, 1989, p. 05).



O esquecimento é abordado por Pollak (1989) a partir do silêncio e da falta de escuta das memórias subterrâneas, uma vez que para que uma pessoa possa relatar seu sofrimento, é necessário que exista uma audiência. As razões para o silêncio podem ser tanto de cunho político quanto pessoal. Ao estudar os sobreviventes dos campos de concentração nazista, o autor cita como exemplo o fato dos pais decidirem por poupar seus filhos das lembranças de suas feridas. Assim, o “não-dito”, o silêncio, é acompanhado pela angústia de não encontrar uma escuta, de sofrer algum tipo de punição por aquilo que se diz, ou pela possibilidade de se expor a um mal entendido.

No Brasil, o encontro entre os diferentes povos por muito tempo foi retratado sob a ótica dos “vencedores”. A história oficial cumpria assim seu papel de silenciar e apagar outras narrativas que não fossem a dos colonizadores. Os monumentos de personalidades que marcaram a história simbolizam a cultura e a identidade de um país. Nesse sentido, o processo de escolha desses monumentos é marcado por disputas e negociações, por um lado entre os elementos que retratam a unidade da nação e, por outro, elementos que representam a diversidade brasileira. Na cidade do Rio de Janeiro, os monumentos mais conhecidos que fazem referência a personalidades negras, estão situados na região central da cidade. Não por aca-

so, lugar onde está a Pequena África carioca. Dentre os monumentos, dois representam homens negros – Zumbi dos Palmares (1655-1695) e João Cândido (1880-1969) e dois representam mulheres negras – Mercedes Baptista (1921-2014) e Marielle Franco (1979-2018).

Ao passarmos pela Avenida Presidente Vargas, uma das principais do Centro do Rio, entre um movimento intenso de veículos, podemos ver o busto de Zumbi dos Palmares. O monumento foi idealizado pelo então senador Darci Ribeiro (1922-1997) com o intuito de homenagear o líder quilombola e fortalecer a consciência negra. A escultura em bronze sob um pedestal em formato de pirâmide, possui dois metros de altura e foi produzida por Romeu Alves e inaugurada em novembro de 1986. No dia 22 de novembro de 2022, foi reinaugurada pela Prefeitura do Rio de Janeiro, a estátua de João Cândido, líder da Revolta da Chibata, também conhecido como o Almirante Negro. Agora localizada na Praça Marechal Âncora, de frente para a Baía de Guanabara, o monumento assinado por Valter Brito e doado à cidade pela Secretaria Especial de Igualdade Racial em 2007, foi primeiro instalado no Museu do Catete e um ano depois na Praça XV, onde ficava escondido atrás da estação de VLT.



No Largo de São Francisco da Prainha, um dos pontos do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, nos deparamos com a estátua de Mercedes Baptista, primeira bailarina negra do Teatro Municipal e uma das maiores precursoras do balé e da dança afro no Brasil. De autoria de Mario Pitanguy, o monumento, foi inaugurado em 2016. Em julho de 2022, foi inaugurada a estátua em bronze de Marielle Franco, localizada na Praça Mário Lago, lugar onde a ex-vereadora relatava sua atuação na câmara. O monumento foi doado pelo Instituto Marielle Franco.

A existência dos monumentos citados acima está atrelado à atuação de movimentos populares e de lutas antirracistas e anticoloniais, em prol de uma política de memória democrática, por meio da humanização e inclusão de grupos considerados subalternos. Apesar da presença de monumentos públicos que simbolizam personalidades negras e femininas, esses são minorias em relação ao total de 358 estátuas e bustos espalhados na cidade carioca. Os monumentos e outros lugares de memória podem ser pensados a partir dos processos de abandono e destruição dos mesmos. Um exemplo recente que ocorreu no país, foi o incêndio da estátua do bandeirante Manuel de Borba Gato, um símbolo de heroísmo, que ao mesmo tempo simboliza a violência contra negros

e indígenas que foram escravizados e dizimados no passado. A estátua, assinada por Júlio Guerra, foi inaugurada em 1963 e instalada na Praça Augusto Tortorelo de Araújo, Zona Sul de São Paulo, sendo considerado um dos monumentos mais controversos do país.

No Rio de Janeiro, em 2018, dois candidatos do PSL retiraram e quebraram uma placa em memória da vereadora Marielle Franco (PSOL), sob o argumento de depredação do patrimônio público, na medida em que a mesma foi colocada sobre a placa oficial que faz referência a Praça Floriano, localizada na Cinelândia. Tempos depois, em um ato realizado no mesmo local, foram distribuídas mil placas contendo informações oficiais com o nome da rua Marielle Franco. Um simbolismo para não esquecermos que a ex-vereadora foi assassinada no dia 14 de março de 2018, no bairro do Estácio. Além dos monumentos oficiais presentes nas ruas das cidades, outras intervenções também podem nos contar a história de um determinado lugar, como, por exemplo, os grafites, pichações, lambe-lambe, mosaicos etc.

A destruição e o abandono dos monumentos existentes nos espaços públicos evidencia que a história não se resume a heróis/heroínas *versus* vilões/vilãs. Para além desse binarismo, a disputa de narrativa



4 Samba-enredo de autoria de Tomaz Miranda, Ronie Oliveira, Márcio Bola, Mamá, Deivid Domênico e Danilo Firmino.

5 Para mais informações ver: <https://vejario.abril.com.br/cidade/largo-da-prainha/>

SORAIA SANTOS DA SILVA

em torno das personalidades e da história dos lugares, nos mostra que “tem sangue retinto pisado atrás do herói emoldurado” como no verso do samba-enredo da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, em 2019, *História pra ninar gente grande*⁴, ao mesmo tempo em que ressalta a importância de personalidades negras para além de sua condição de desumanização e vítimas, mas como sujeitos ativos de sua própria história, bem como a do Brasil.

Quando o passado se faz presente: algumas considerações

De volta ao Largo da Prainha, considerado em 2022 pela Time Out Londres⁵ como uma das vizinhanças mais descoladas, ou *cool*, do planeta, ou seja, lugar de destino turístico nacional e internacional, observamos como os usos do passado podem gerar lucro, entretenimento e movimentar o turismo na cidade. Os bares e restaurantes do Largo, possibilitam que o visitante possa “experenciar” uma cultura “distante”, como é o caso do Restaurante Dois de Fevereiro. Neste lugar, podemos pensar a representação da Bahia e da cultura afro-brasileira como algo exótico, sem passar por uma reflexão crítica acerca das relações sociais dos sujeitos que habitaram/habitam esses lugares: Rio de Janeiro e Bahia.

A história da cidade do Rio de Janeiro evidencia como as transformações urbanas podem negar a história da população afrodescendente ou relembra-la, dependendo do contexto histórico, político, cultural e dos atores – políticos, empresas e sociedade civil – envolvidos nas disputas e negociações, como observamos com a implementação do projeto Porto Maravilha.

A dialética da lembrança e do esquecimento está presente nas disputas em torno dos espaços urbanos. De acordo com a historiadora, Brodwyn Michelle Fischer (2020), em seu artigo intitulado *A ética do silêncio racial no contexto urbano: políticas públicas e desigualdade social no Recife, 1900-1940*, as leis brasileiras voltadas para a questão urbana, desde a independência, mantêm um silêncio esmagador sobre a questão racial. Para a autora (2020), esse fato contribui para obscurecer a influência do racismo e de processos históricos racializados no desenvolvimento urbano, ao mesmo tempo em que desestimula a criação de combate às desigualdades.

Cidades históricas que passaram por processos de colonização, como é o caso do Rio de Janeiro, são marcadas pelas consequências do passado colonial, seja nos seus espaços construídos e/ou nas relações entre os sujeitos que habitam esses lugares. O pla-



SORAIA SANTOS DA SILVA

nejamento das cidades mostra as relações de hierarquia, diferenças e desigualdades entre as diferentes classes sociais/negros e brancos. Os processos binários de civilização/barbárie, natureza/cultura estão presentes na segregação urbana, no apagamento da história dos africanos e afro-brasileiros. Entretanto, as políticas de valorização cultural e preservação da memória são frutos da luta e disputas do movimento negro, o que nos mostra possíveis caminhos de desalienação do sujeito negro por meio do reconhecimento do seu passado histórico e de sua condição econômica e social, bases para possíveis transformações de si e de sua realidade vivida.

Uma política pública da memória, pautada em princípios democráticos, implica em uma reflexão crítica da memória e do nosso passado histórico. A escolha e a preservação do patrimônio histórico passa pelo significado que as pessoas atribuem a eles, ou seja, somos nós que os mantemos vivos. Diferente da história, “a memória é uma ilha de edição” como disse Waly Salomão, então, quais memórias queremos construir para a cidade do Rio de Janeiro?



Referências

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista Território**, ano III, nº 4, 1998.

CARVALHO, Marcus J.M. **Cidades Escravas. Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p.496.

COLLINS, Patrícia H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FISCHER, Brodwyn Michelle. A ética do silêncio racial no contexto urbano: políticas públicas e desigualdade social no Recife, 1900-1940. **Analls of Museu Paulista**, vol. 28, 2020.

GONÇALVES, Guilherme Leite; COSTA, Sérgio. **Um porto no capitalismo global: desvendando a acumulação entrelaçada no Rio de Janeiro**. São Paulo: Boitempo, 2020.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, p.91-111, 2008.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. Os sentidos da Pequena África: políticas patrimoniais e conflitos urbanos no Rio de Janeiro In: **Antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus** (orgas.): Isabella Tomaz, Renata de Sá Gonçalves e Simone Vassalo. Goiânia: UGF, 2019, pp. 362-390.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Puc RJ: Apicuri, 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos tribunais LTDA, 1990.

IPHAN. **Cais do Valongo (RJ)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605/>. Acesso em: 04, out 2021.

MONTEIRO, João Carlos; ANDRADE, Julia. Porto Maravilha a Contrapelo: disputas soterradas pelo grande urbano. **Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, v.3, n.8, pp.21-31, 2012.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo. Dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. Vol.2 n. 3, 1989, pp.3-15.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro) In: **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, 17 – CEAA, Universidade Cândido Mendes, setembro de 1989.

